

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DAS TERRITORIALIDADES E DAS REPRESENTAÇÕES DE TERRITÓRIO

Marciléia Oliveira Bispo¹
Sandra de Fátima Oliveira²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar as representações do território da ilha do Bananal (TO) e entorno, elaboradas a partir das territorialidades distintas dos diversos grupos ali residentes: professores, fazendeiros, retireiros, agricultores e os indígenas das aldeias Javaés, cujo, algumas aldeias estão em área sobreposta com o Parque Nacional do Araguaia, localizado dentro da própria ilha. A pesquisa foi realizada especificadamente nos municípios de Cristalândia, Lagoa da Confusão, Pium, Formoso do Araguaia e Ilha do Bananal - Tocantins. Buscamos na pesquisa analisar como os sujeitos pesquisados se relacionam com este espaço a Ilha do Bananal (TO) e entorno, visando entender as representações socialmente compartilhadas pelos sujeitos e investigar se as escolas públicas das cidades pesquisadas desenvolvem a Educação ambiental (EA) formal, diagnosticando como ela acontece e se essas práticas de EA se relacionam com os conflitos da região pesquisada e com as representações dos professores.

Palavras-chave: Formação de professores - educação ambiental - território - representações

Introdução

Pode-se observar que apesar dos esforços nestas três últimas décadas relacionadas ao processo de educação ambiental, as visões e conceitos sobre a mesma ainda permanecem carregados de ideais de controle e fiscalização. A temática emergiu com mais intensidade no final do século passado, século XX, em função da preocupação com os limites dos recursos naturais, do consumismo exacerbado e riscos ambientais que a humanidade vem sofrendo. Assim, a perspectiva de espaços coletivos constituírem-se em canais de divulgação e realização da educação ambiental foi e continua sendo fundamental.

Desta foram, a escola nos dias atuais é considerada um dos espaços em que a produção e reflexão de conhecimentos através da coletividade acontecem de forma em

¹ Doutoranda em geografia no Instituto de Estudos Ambientais e Sociais- IESA-UFG e Professora Assistente da UFT.marcileiabispo@hotmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal de Goiás. Sanfaoli@iesa.ufg.br

que a perspectiva ambiental pode ser um dos eixos para construção de significados que possam levar ao debate da temática ambiental.

No texto focalizamos as representações que os sujeitos que residem na Ilha do Bananal e entorno (To), possuem da mesma, buscando compreender as territorialidades e uso do território. Para a partir daí pensar no desenvolvimento de uma Educação Ambiental formal nas escolas que interligue os fenômenos físicos, culturais, sociais e econômicos e a importância do desenvolvimento desta educação ambiental através da formação continuada de professores, de forma que a Educação ambiental permita transformações no ser.

Entendendo o território e a territorialidades

A Ilha do Bananal é considerada a maior ilha fluvial do mundo, está localizada entre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. É uma área de ecótonos e é delimitada por um lado pelo rio Araguaia e por outro pelo seu afluente o rio Javaés. A partir de 1959, pelo Decreto n.º47.570 de 31.12.1959 a Ilha do Bananal se transformou em Parque Nacional do Araguaia, legalizado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e abarcava toda a ilha. A partir de sua criação, no entanto, a área foi sofrendo reduções para criação das Terras Indígenas, pois no interior da ilha antes mesmo desta se tornar parque já havia os indígenas que habitavam esta região.

Os indígenas da Ilha do Bananal estão divididos em dois grupos: Javaé e Karajá, distribuídos em várias aldeias. Com relação à delimitação do Parque e a demarcação das Terras indígenas existe um área na ilha que ficou sobreposta que são as aldeias: Boto velho, Txuodé e waotyña em área do parque. No interior da ilha do Bananal residiam também os retireiros que criavam gado e também os fazendeiros que levavam o gado para a Ilha no período da seca para engorda, e nas proximidades da ilha temos os grandes produtores, principalmente de rizicultura irrigada.

Assim, entendemos que compreender as representações sobre a Ilha do Bananal e as territorialidades e conflitos da área em questão pode ser um elemento a mais na formação continuada em educação ambiental para professores, sobretudo por que de acordo com Cunha e Zeni (2009, p. 151) as dificuldades encontradas no ensino de educação ambiental caracterizam-se por não se ter o conhecimento da realidade local, não saber como as pessoas percebem o meio ambiente onde estão inseridas, valores,

hábitos e, também, suas necessidades, assim a pesquisa de representação social de meio ambiente contribui com informações importantes para o educador.

Assim, ao entender as representações socialmente compartilhadas pelos sujeitos que residem na ilha do Bananal e no entorno (To), sobre a própria Ilha do Bananal, e de que forma este conhecimento pode contribuir para a prática da educação ambiental nas escolas públicas do entorno da Ilha, a partir da formação de professores é o tema da investigação.

Para tanto fazemos uma leitura da Ilha do Bananal e entorno – (To), enquanto território, e de que forma as territorialidades dos sujeitos que ai residem podem gerar conflitos, no entendimento de que o conhecimento das pessoas sobre a dinâmica do ambiente em que estão inseridos é fundamental para estimular atitudes e comportamentos adequados ao seu múltiplo uso.

Assim, tendo por base o que assinala Almeida (2005, p.107) onde há mudanças no espaço ocorrem “relações” e “modos de ver o território”, que são estabelecidos dentro dos processos de relacionamento social é que fazemos um percurso teórico do conceito de território e territorialidade.

O entendimento de território o qual usamos na investigação que ora se apresenta, busca entender o território não apenas como uma parte da superfície terrestre em que o Estado - Nação exerce seu poder, mas compreender também o território que é permeado por um mundo simbólico e subjetivo. Temos visto no meio acadêmico que o conceito de território tem sido usado usualmente e apresenta uma dificuldade de conceituação.

Haesbaert (1997, p.37) nos apresenta as diferenças nos territórios,

Esta distinção entre território como instrumento de poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalidades e multiculturalidades.

Em uma concepção mais clássica de território Raffestin (1993, p.153), pontua que,

falar do território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo ou (indivíduo) tem com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação (...) sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação aos outros objetivos possíveis.

Desta forma Raffestin (1993) nos evidencia que o território é parte do espaço resultado de uma ação conduzida por atores, resultado da relação da humanidade com o espaço e que para Lefevre (in: Raffestin, 1993.p.144) “território nessa perspectiva é um

espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Desta forma a territorialidade em Raffestin (1993, p.160) “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Em Santos; Silveira (2008, p.20) “o território visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana de cada país e constitui pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” Assim, a noção de território não é somente a delimitação espacial ou o limite político administrativo, mas é, sobretudo o lugar de trocas e espaço da ação humana e que revela “ações passadas e presentes” (SANTOS, 2008, p.247). Nesta perspectiva o território revela então diferenças e contrastes por evidenciar a materialidade e a própria ação que produz essa materialidade.

Ou seja, o território é a base material da sociedade, mas é também dinâmico, pois se constitui de agentes que estabelecem relações, portanto, envolve aspectos relacionais entre a base material e seus agentes. E segundo Haesbaert (2004, p.116) “a territorialidade ou a contextualização territorial é inerente à condição humana”, assim buscamos também entender ainda a concepção de território pensada a partir da prática simbólica.

Neste contexto, Bourdieu (2003) nos mostra que o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado, e esse processo de apropriação – territorialização - enseja identidades – territorialidades- que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma tipologia social.

Haesbaert (1997, p.41) afirma que:

o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle político estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Sack, (1986, p.216) reflete a dimensão simbólica do território e aponta que a territorialidade é permeada de significados,

Territorialidade é uma expressão básica de poder, provê uma sociedade essencial de ligação entre sociedade, tempo e espaço[...] é o dispositivo

geográfico por pessoas de construção de organização no espaço[...] não é nenhum instinto, mas uma estratégia complexa para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas e relações.

Entendemos então, que a vivência e experiência do território nesta perspectiva simbólica varia de sujeito para sujeito e imprime marcas de valoração, “o espaço não pode ser separado do território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e o espaço. (BONEMAISSON, 2002, p.101).

E concordamos com Haesbaert (2004, p.92) quando assinala que “uma noção de território que despreza sua dimensão simbólica, mesmo entre aqueles que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder”.

Representações, representações sociais e formação continuada em educação ambiental

Para que o processo de educação ambiental aconteça de forma em que as pessoas possam perceber o seu ambiente, o ambiente próximo, acreditamos é necessário conhecimento da realidade local. Pois os conhecimentos, hábitos, valores necessidades das pessoas se manifestam no local, e assim a pesquisa com base em representação social fornece informações sobre a realidade sendo essencial para o desenvolvimento de ações e programas em educação ambiental.

Como relatamos anteriormente, a área de estudo que ora se apresenta destaca-se na história regional e nele podemos encontrar diferentes grupos atuando num mesmo território, com diversas territorialidades, produzindo conflitos entre os diferentes atores. De acordo com Souza (1995: 94),

uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes.

Desta forma o sentido de territorialidade aqui adotado refere-se a um conjunto de práticas e suas manifestações simbólicas que permitem aos sujeitos sociais permanecerem num dado território e ali construir identidades.

Portanto, quando nos referimos ao território da Ilha do Bananal e entorno (To), encontramos o uso do território e uma territorialidade que se apresenta através dos

seguintes conflitos que já foram percebidos através da pesquisa: os indígenas que sempre estiveram na Ilha e de repente tiveram que conviver com os obstáculos impostos pela criação do Parque Nacional do Araguaia; a área sobreposta (Parque Nacional e Terra Indígena) em que os conflitos entre FUNAI e IBAMA³ se fizeram e fazem presente, uma vez que a área é Unidade de Conservação de Proteção Integral; os retiros, que são os moradores que ocupavam e moravam na Ilha do Bananal desde a década de 1930 e criavam gado e que tiveram que sair por força da lei; os incentivos à plantação de arroz voltado ao agronegócio, utilizando-se do complexo hídrico da região, nas proximidades da Ilha do Bananal, que chegam a atingir os grupos indígenas da Ilha, especificamente a terra indígena Ynawebohoña (Aldeia Boto velho) no que se refere ao potencial hidrológico.

Então o quadro teórico para o entendimento das territorialidades e dos conflitos dos moradores da Ilha do Bananal e entorno (To) é organizado pelo entendimento das representações, fundamentada na perspectiva de Moscovici (1978), pois para este autor as representações interferem na prática social ao mesmo tempo em que as interpretam.

No âmbito das territorialidades as representações se encontram no nível abstrato e concreto quando expressas pelas relações complexas e mesmo de materialidade realizada pelos sujeitos. E quando as representações são internalizadas elas expressam a relação do sujeito com o mundo e ao mesmo tempo situa o sujeito nesse mundo.

Assim, sendo o termo representação para Kozel (2005, p. 140-141) é o “processo pelo qual são produzidas formas concretas ou idealizadas, dotadas de particularidades que podem também se referir a um outro objeto, fenômeno relevante ou realidade”. E ainda conforme (GIL FILHO, 2005, p. 75) “a representação é expressão concreta, quer por manifestação, quer por emanção de uma vontade incontida do aqui e agora, e não admite redução a nenhuma outra forma semelhante. A individuação da representação é expressa por meio de formas concretas mediadas pela linguagem”. Com base então nos autores podemos constatar que a representação está implícita na dualidade entre o sujeito e o objeto, é produto e é processo, traz um conhecimento simbólico que é apreendido primeiro pela percepção cuja concretude se dá pela apreensão do mundo e suas relações.

³Atualmente as Unidades de Conservação estão atualmente sobre a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Aqui, buscamos as representações sociais como ponto de partida para o entendimento das territorialidades enquanto expressão de fenômenos que espaciais, mediatizados pelo simbólico, neste sentido “os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura” (JOVCHELOVITCH, 2002, p.79), e constituem uma forma de conhecimento.

Segundo Moscovici (1978), a Representação Social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos e indica um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam no cotidiano das relações sociais, expressas e manifestadas através das palavras e condutas. As representações são quase tangíveis, para Moscovici, (1978, p.41), mas: “se a realidade das representações sociais é fácil de apreender, não o é o conceito”.

E as representações sociais constituem uma forma de compreensão dos fenômenos do cotidiano, constituindo uma visão de mundo. Salientamos também que as representações sociais têm estreita relação com o cotidiano e a realidade.

Assim, as representações sobre a ilha do Bananal se convertem em um profundo conhecimento da realidade expressas pelas práticas sociais. Desta forma os diversos grupos assim representam a Ilha do Bananal: Um indígena escutados assim a representa:

“A ilha do Bananal... sempre... nós antigos, nossos avôs já nasceram dentro da ilha do Bananal, como Javaé e Karajá. Bom... pela nossa visão, nós que tamos estudando e... essa terra seria só nossa, para criar nossos filhos, para nós morar, crias os filhos, o que tem na ilha é pra nós usufruir pra nossa família”. (Indígena Javaé)

Aqui compreendendo o que nos fala Bonnemaïson (2002, p. 107), quando diz que a territorialidade de um grupo não se resume ao sistema territorial “(...) a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, ao mesmo tempo, a relação com o espaço estrangeiro. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o espaço”

Os fazendeiros que tinham inúmeras cabeças de gado na ilha do Bananal e de lá se retiraram por força da lei, também disputavam o território. E assim representam o território da ilha do Bananal:

“A ilha do Bananal foi muito bom pra mim. Eu consegui ter as coisas, que eu tenho essas casas e o gado que eu aumentei, e criei meus filhos pra vida, através das coisas que eu ganhei na ilha, não consegui área para eu ficar aqui fora, mas eu consegui criar gado lá [...], fazer coisas através do lucro que eu tive lá”. (J.A.A. Fazendeiro).

“Pra mim foi muito bom a ilha. Todos os meus filhos pequenos, todos na escola, outros tirei pra estudar fora e eu formei alguns a custo da ilha, toda a produção eu vendia pra sustentar esses meninos na escola [...] foi fonte de vida”. (R. L. Fazendeiro).

Notamos através das falas que a representação do território da ilha do Bananal para os fazendeiros está referenciada em uma noção de território concebido numa relação estritamente capitalista.

Ao continuarmos no entendimento das representações sobre a ilha do Bananal, o fazemos por entender que as representações como “forma de discurso e da vida social”.

Quando perguntado ao analista ambiental do Instituto Chico Mendes como representa a ilha do Bananal, obtivemos essa resposta:

Um ambiente ecológico de extrema relevância pelas características particulares com ecossistemas que só acontece ali. É muito frágil, qualquer atividade no entorno afeta a área da ilha. É uma área de ecótonos. São ecossistemas únicos, de extrema importância para proteger de pressões do entorno e por outro lado é uma área totalmente protegida. (W.S. P).

Um dos professores da área pesquisa e que também morou na Ilha do Bananal assim representa a ilha:

Pra mim a ilha do bananal é melhor fase da minha vida [...] É...não era só um lugar onde você colocava o gado para criar, é um lugar onde você se sentia bem pra viver, onde realmente fazia sentido a vida.(B. L. M.)

No que tange aos retireiros que cuidavam do gado na Ilha, um dos entrevistado assim representa :

A ilha significou uma grande estrela porque lá tem muita coisa né naquela década de 80 desapareceu muita coisa minha e dos outros né! Perdemos muita coisa nas enchentes. Mas a ilha do Bananal é assim foi sua fonte de vida de renda. A ilha do Bananal ela é para retiro, mas ela é muito boa para criar gado ai o povo vai deixando né. A ilha do Bananal é igual a um garimpo ai o povo vai mudando de vida e vai saindo de lá. (S.B.)

A partir dessas representações notamos que na área estudada ocorrem questões relativas aos processos de afirmação identitária, disputas de territorialidades, impactos socioambientais e um processo político que necessita de redefinições de políticas públicas.

Ao visitar as escolas, conversar com os professores ficou visível que às práticas de educação ambiental continuam sendo atividades pontuais como, por exemplo:

comemoração do dia do meio ambiente, limpeza de rios, comemoração do dia da árvore ou ainda desenvolvimento de palestras nos dias pedagógicos cujo tema é meio ambiente. Ainda observou-se que a temática ambiental ainda é abordada pelos professores das disciplinas que para muitos são as que se aproximam da temática: Ciências e Geografia. Não houve citações dos conflitos ambientais locais e/ou regionais no que tange a realização da educação ambiental nas escolas. Alguns professores citaram que em sua formação inicial a temática ambiental ou a própria educação ambiental foram assuntos poucos citados, temos então uma prática de educação ambiental ainda incipiente.

Assim a formação continuada de professores em educação ambiental é fundamental para o repensar das práticas pedagógicas. Desta forma faz-se necessário buscarmos uma formação docente em educação ambiental que esteja não apenas na formação inicial, mas que continue através do professor em exercício. Isso através da formação continuada, pois, existe o aparato legal que recomenda tal formação. E acreditamos que o conhecimento do lugar é fundamental para que aconteça esta educação ambiental. cremos, portanto, que identificar as territorialidades e os conflitos pode constituir uma ferramenta para uma formação de professores em educação ambiental que promova a integração entre o saber e o conhecer da realidade local.

Como amparo legal no ano de 1999 no Brasil, foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9795/99, que estabelece o conceito de educação ambiental e suas dimensões. A Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 foi então regulamentada pelo decreto 4.281, e em seu art. 5º, apresenta o reforço da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, trazendo com destaque a transversalidade da temática.

Com base neste exposto, faz-se necessário entender como evidencia Libâneo (2005) que a formação continuada refere-se àquelas atividades que auxiliam os professores a melhorar o seu desempenho profissional e pessoal. As atividades de formação continuada compreendem a participação na gestão da escola, nas reuniões pedagógicas, nos grupos de estudo, nas trocas de idéias sobre o trabalho, bem como compreendem cursos ministrados pelas secretarias da educação, congressos, capacitação de professores a distância, etc. E acrescenta ainda que nessa etapa, a consolidação do conhecimento profissional educativo mediante a prática apóia-se na análise, na reflexão e na intervenção sobre situações de ensino e aprendizagem concretas relacionadas a um contexto educativo determinado e específico.

No caso aqui tratado cremos que desenvolver uma formação continuada com base nos conflitos ambientais delineados na realidade local, a partir do uso do território e das territorialidades permite aos professores uma melhor compreensão dos elementos identitários local/regional e a realização de uma educação ambiental contextualizada. Assim se insere a perspectiva de realizar uma educação ambiental a partir das representações sobre a Ilha do Bananal – TO.

Considerações Finais

Neste sentido, sinalizamos que com base no que já foi evidenciado é preciso pensar em uma formação continuada educação ambiental como projeto e processo educativo, com o desenvolvimento de atitudes e a ressignificação de valores, com estudos socioambientais, criação de materiais e, sobretudo através da reflexão sobre a ação.

É importante que nas escolas haja espaço de discussão dos temas que interessam aos professores e à sociedade de forma que proporcione aprendizagens diversificadas que dão mais sentido aos conteúdos em educação ambiental.

Faz-se necessário sair do discurso genérico da e na EA através de um trabalho que apresente, por exemplo, situações contextualizadas, como o conflito socioambiental do local. E nessa direção as representações sociais expressam as opiniões, os valores, as idéias que os indivíduos ou grupos desenvolvem ou constroem a cerca de objetos ou fenômenos. Neste sentido as representações sobre a Ilha do Bananal, expressam então as relações dos sujeitos pesquisados com o objeto, pois como assinala GIL FILHO (2005, p. 52) “considerando as representações como cerne da consciência, verificam-se as interações possíveis entre os conteúdos de um fenômeno e sua dinâmica representativa”.

Um dos desafios que se põem, portanto, é desenvolver uma formação continuada de professores em educação ambiental que abra a possibilidade de se chegar à ação política através do trabalho educativo a partir das representações.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Fronteiras, territórios e territorialidades**. In: revista da Anpege nº. 2, São Paulo, 2005.

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: um século (III). Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder do Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível na Internet via <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>. Acesso em 10/08/2008.

CUNHA, S. T.; ZENI B. L. A. **A representação social de meio ambiente para alunos de ciências e biologia**: subsidio para atividades em educação ambiental. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 18, p. 151-162, 2007. Disponível em: www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art04v18a11.pdf. Acesso em: 20 de dez.2010.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia cultural: Estrutura e Primado das Representações, In: **Espaço e Cultura, nº 19-20, (Jan.-Dez.)**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territotalização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: GUARESCHI, P.S; JOVCHELOVITCH, S. Texto em representações sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

KOZEL, Salette. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. In.: SEEMANN, Jörn (Org.). **A aventura cartográfica**: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005. 8ª. Edição.

MOSCOVI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton **Territórios, territórios - ensaios sobre ordenamento territorial**. RJ: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil - Território e sociedade no início do século XXI**. RJ: Record, 2008.

SOUZA, José Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia - Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.